

**XXIV CONGRESSO NACIONAL DO
CONPEDI - UFMG/FUMEC/DOM
HELDER CÂMARA**

**TEORIAS DA DEMOCRACIA E DIREITOS
POLÍTICOS**

ADRIANA CAMPOS SILVA

ARMANDO ALBUQUERQUE DE OLIVEIRA

JOSÉ FILOMENO DE MORAES FILHO

Todos os direitos reservados e protegidos.

Nenhuma parte deste livro poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados sem prévia autorização dos editores.

Diretoria – Conpedi

Presidente - Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa – UFRN

Vice-presidente Sul - Prof. Dr. José Alcebíades de Oliveira Junior - UFRGS

Vice-presidente Sudeste - Prof. Dr. João Marcelo de Lima Assafim - UCAM

Vice-presidente Nordeste - Profa. Dra. Gina Vidal Marcílio Pompeu - UNIFOR

Vice-presidente Norte/Centro - Profa. Dra. Julia Maurmann Ximenes - IDP

Secretário Executivo - Prof. Dr. Orides Mezzaroba - UFSC

Secretário Adjunto - Prof. Dr. Felipe Chiarello de Souza Pinto – Mackenzie

Conselho Fiscal

Prof. Dr. José Querino Tavares Neto - UFG /PUC PR

Prof. Dr. Roberto Correia da Silva Gomes Caldas - PUC SP

Profa. Dra. Samyra Haydêe Dal Farra Napolini Sanches - UNINOVE

Prof. Dr. Lucas Gonçalves da Silva - UFS (suplente)

Prof. Dr. Paulo Roberto Lyrio Pimenta - UFBA (suplente)

Representante Discente - Mestrando Caio Augusto Souza Lara - UFMG (titular)

Secretarias

Diretor de Informática - Prof. Dr. Aires José Rover – UFSC

Diretor de Relações com a Graduação - Prof. Dr. Alexandre Walmott Borgs – UFU

Diretor de Relações Internacionais - Prof. Dr. Antonio Carlos Diniz Murta - FUMEC

Diretora de Apoio Institucional - Profa. Dra. Clerilei Aparecida Bier - UDESC

Diretor de Educação Jurídica - Prof. Dr. Eid Badr - UEA / ESBAM / OAB-AM

Diretoras de Eventos - Profa. Dra. Valesca Raizer Borges Moschen – UFES e Profa. Dra. Viviane Coêlho de Séllos Knoerr - UNICURITIBA

Diretor de Apoio Interinstitucional - Prof. Dr. Vladimir Oliveira da Silveira – UNINOVE

T314

Teorias da democracia e direitos políticos [Recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI/ UFMG/FUMEC/Dom Helder Câmara;

coordenadores: Adriana Campos Silva, Armando Albuquerque de Oliveira, José Filomeno de Moraes Filho – Florianópolis: CONPEDI, 2015.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-85-5505-141-8

Modo de acesso: www.conpedi.org.br em publicações

Tema: DIREITO E POLÍTICA: da vulnerabilidade à sustentabilidade

1. Direito – Estudo e ensino (Pós-graduação) – Brasil – Encontros. 2. Democracia. 3. Direitos políticos. I. Congresso Nacional do CONPEDI - UFMG/FUMEC/Dom Helder Câmara (25. : 2015 : Belo Horizonte, MG).

CDU: 34



XXIV CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI - UFMG/FUMEC /DOM HELDER CÂMARA

TEORIAS DA DEMOCRACIA E DIREITOS POLÍTICOS

Apresentação

É com satisfação que apresentamos à comunidade acadêmica o livro Teorias da Democracia e Direitos Políticos I, resultado da seleção de artigos para o Grupo de Trabalho homônimo que constou da programação do XXIV CONGRESSO DO CONPEDI, ocorrido na cidade de Belo Horizonte, entre os dias 11 e 14 de novembro de 2015.

A democracia como regime de governo remonta ao século V a.C. Contudo, existem muitas nuances que distinguem as suas primeiras configurações daquelas que ressurgem nas democracias modernas e, principalmente, nas contemporâneas. Destarte, a democracia se apresenta de várias formas em diferentes lugares e em momentos diversos.

Após a terceira onda de expansão global da democracia ocorrida no último quarto do século XX, os diversos processos de transição democrática tiveram um comportamento sinuoso em direção à sua consolidação. Em vários países da América Latina e do leste europeu, os processos de transição e consolidação da democracia ocorreram diversamente. Tanto nos primeiros, resultantes de um processo de esgotamento das ditaduras militares que se instauraram nos anos 60 e 70, quanto nos últimos, oriundos da débâcle comunista iniciada nos anos 80.

O Grupo de Trabalho Teorias da Democracia e Direitos Políticos I contou com a apresentação de 29 artigos que passam agora a constituir este livro. São artigos que tratam, de forma crítica, as mais variadas questões relativas à democracia bem como àquelas concernentes às garantias e expansão dos direitos políticos.

Desejamos a todos uma boa leitura.

Prof. Dr Armando Albuquerque de Oliveira

Professor Dr. José Filomeno de Moraes Filho

Profa. Dra. Adriana Campos Silva

NEOPOPULISMO E AS REPERCUSSÕES NO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DEMOCRÁTICA DA AMÉRICA LATINA

NEOPOPULISM AND REPERCUSSIONS IN THE CONSTRUCTION PROCESS OF DEMOCRATIC LATIN AMERICA

Dostoievsky Ernesto De Melo Andrade
Antônio Fábio Rocha Galdino

Resumo

O Neopopulismo manifesta-se com certo impulso nas democracias latino-americanas pela grave crise de representação política que não responde efetivamente as demandas de inclusão de amplos setores da população. Diante da vulnerabilidade da população resultante de um regime de exclusão, o populismo se impõe pela força da retórica proclamada por um líder carismático que defende o reconhecimento da condição de cidadão e a desinstitucionalização. Concentra o poder em todas as esferas e, por meio de uma política assistencialista e de rejeição aos mecanismos econômicos neoliberais, declina o Estado e mantém-se no poder pela força coercitiva e autoritária. Diante do contexto nefasto experimentado por alguns países da América Latina, urge retomar valores democráticos e integracionistas, a fim de assegurar a identificação da população com os projetos do Estado em uma perspectiva de interesse coletivo.

Palavras-chave: Neopopulismo, América-latina, Democracia

Abstract/Resumen/Résumé

The neopopulism is manifested with a certain momentum in Latin American democracies the serious political crisis of representation that does not effectively answer the demands of inclusion of large sectors of the population. On the vulnerability of the population resulting from an exclusion regime, populism exerts a strong influence of rhetoric proclaimed by a charismatic leader who advocates the recognition of citizen status and deinstitutionalization. Concentrates power in all spheres and through a welfare policy and rejection of neoliberal economic mechanisms, declines the state and keep himself in power by authoritarian and coercive force. Before the ominous context experienced by some Latin American countries should resume democratic values and integration to ensure the identification of the population with state projects in a perspective of collective interest.

Keywords/Palabras-claves/Mots-clés: Neopopulism, Latin america, Democracy

1. INTRODUÇÃO

A ascensão das manifestações neopopulistas surgidas nos últimos anos, principalmente na América Latina, modifica o paradigma da política neste cenário. Movidos pela crise de representatividade, os cidadãos rejeitam cada vez mais os modelos políticos tradicionais, unindo forças para otimizar interesses privados em face dos coletivos pela falta de identidade coletiva com base na solidariedade e valores humanos universais. A influência destes elementos subjetivos incitados pelas práxis políticas torna o campo fértil à influência do modelo populista. Sob esta perspectiva de instabilidade, tensão e conflito, há necessidade de expandir o controle do Estado sobre setores especiais da economia, os quais resvalam práticas autoritárias dissimuladas por uma retórica que enaltece o povo, o Estado e estigmatiza o imperialismo.

É evidente que a crise institucional consolida a democracia em um plano de fragilidade, expondo a população aos formatos alternativos que convenientemente superem os problemas advindos dos mecanismos institucionais amoldados à ordem neoliberal e globalizada da economia. Ainda que estas instituições sejam a essência que alicerça o organismo sistemático do Estado e condução dos atores que garantem a natureza das atividades democráticas, a persistência da desigualdade social torna o cenário fonte de grandes conflitos. No esteio destes embates, o mercado torna-se o núcleo que suscita grandes transformações políticas. A disputa pelo poder passa a ocorrer entre as elites que utilizam das regras de mercado para atingir objetivos individuais, descurando de responsabilidades sobre a débil sociedade que se vê vulnerável ao clientelismo e à corrupção, até se inserir no fenômeno do neopopulismo. Tal modelo é considerado uma manifestação política que resulta do desapontamento e contrariedade com a tradicional política movida por uma elite descomprometida com o exercício da cidadania daqueles que governam.

Mesmo em uma conjuntura poliárquica de avanços econômicos e de progresso tecnológico, o arcabouço institucional obstaculiza a participação política. Restringe substancialmente a escolha representativa, execrando a mediação entre estado e sociedade que legitime uma eficiente participação social capaz de proporcionar a sensação de sujeito ativo na tomada das decisões políticas. A inaptidão das instituições em garantir a estabilidade das relações, assegurando o bem estar social e econômico, produz uma cultura de desilusão e descontentamento, além de uma débil consciência de coesão social que deixa a população mais privada, vulnerável ao discurso demagogo e manipulador do líder populista.

Nessa perspectiva de oportuna situação, os líderes neopopulistas desarranjam a organização institucional e poliárquica para levantar a bandeira de sua ideologia mascarada de

“boas intenções”, afinando-se ao discurso que a população aspira ouvir e atender aos ditames deste modelo ancorado na figura de líder messiânico. É flagrante e notório que o pacto social tão destilado nos discursos não é honrado, pois neste cenário de práticas que incorre no autoritarismo, o que seria o objeto de transformações que promoveriam a autonomia e a participação cidadã, produz um círculo vicioso de dependência do estado falido, por romper com os mecanismos liberais da economia, e condução a um fosso político, econômico e social.

O grande desafio é compreender como um processo de construção democrática pode se desestruturar diante de modelos retrógrados já experimentados em outros contextos históricos, e que se lançam com uma força avassaladora, a ponto de desestabilizar as instituições democráticas e, assim, materializar políticas totalitárias. Neste aspecto, o artigo pretende fazer uma breve exposição de como o neopopulismo assume segmentos no contexto democrático contemporâneo, revelando o perfil, características e os contornos representativos desta ideologia política marcada por interesses que contrariam seu discurso humanitário, altruístico e abnegado, para, na verdade, usurpar o poder com o objetivo de levar a efeito os mesmos recursos praticados pelo governo neoliberal de essência capitalista.

A discussão a ser proferida neste trabalho traz à tona o poder atraente e ardiloso do líder político, o qual rejeita todas as organizações institucionais que alicerçam o Estado na promoção do bem estar social por estarem a serviços de interesses que se amoldam ao fluxo da circulação da econômica de mercado, desapegado aos interesses sociais. Neste contexto, o estudo avança no entendimento de como a América Latina deverá superar os desafios a enfrentados pelo Estado na manutenção dos alicerces democráticos que garantirá o desenvolvimento. Revelar os impactos da globalização e do consumismo, introduzindo as perspectivas de cenário que impulsionam a influência personalista do líder que manipula e maneja as massas a partir de práticas clientelísticas corporificadas pelo movimento neopopulista. É bem notável que tal terminologia neopopulismo é apenas uma versão contemporânea do famigerado populismo apresentado com todos os seus vícios, conformando-se a uma dissimulação de participação política que assegura o sentimento de pertencimento e de pseudo-cidadania. Neste aspecto, urge alçar uma discussão sobre os rumos desta prática política para o futuro da democracia na América Latina e as repercussões deste modelo para o cidadão padecido por tradição histórica de exploração.

2. OBJETIVOS:

O presente trabalho teve como objetivo fazer uma abordagem dos regimes democráticos empreendidos na América Latina, conferindo ênfase aos efeitos do neopopulismo emergente nos últimos anos em diversos países da região.

Também objetivou-se estudar o Estado e a sociedade latino-americana, analisando suas relações e desafios diante do discurso populista projetado para conquistar o poder democrático, enfrentando aspectos como globalização e capitalismo.

3. METODOLOGIA:

A principal metodologia de pesquisa no trabalho foi a inferência hermenêutica dos textos e conteúdo bibliográfico, operando leitura e comparação conceitual. A documentação indireta levada à efeito foi selecionada de acordo com o tema eleito.

4. ESTADO E SOCIEDADE: relações e desafios:

O processo de formação do Estado e da sociedade nos países da América Latina evidenciou níveis de oscilação de acordo com o momento histórico vivenciado. Por vezes, o Estado atuava como garantidor do aproveitamento de pequena parcela da sociedade, conferindo estabilidade organizacional. Em determinadas ocasiões, o Estado intervinha de forma mais incisiva, comprometendo a livre iniciativa e a propriedade.

Tais concepções marcaram o tempo em que as sociedades rurais e elitistas predominavam na maior parte do continente latino americano. Atualmente, os grandes centros urbanos e as massas sociais deram nova dinâmica ao contexto social, caracterizando-se pelo abrupto crescimento populacional e a necessidade de bens e serviços em grande escala.

Não se pode afirmar que o Estado na América Latina foi completamente omissos quanto ao progresso e a modernização da economia. Fatores como a unidade, continuidade e perenidade institucional de longa duração, características peculiares em todo globo, foram fundamentais para promoção desses avanços, além de conferirem unidade territorial e identitária (SORJ et al, 2008, p. 201).

É perceptível que o Estado continua em constante processo de modernização, mesmo porque a interdependência relacional com a sociedade aumentou ao longo dos anos. No entanto, da mesma forma que se credita o esforço pelo aprimoramento em determinados setores, é de se

reconhecer que há diversos outros que o Estado não conseguiu acompanhar, demonstrando sinais evidentes de colapsos, ou mesmo de total inoperância.

Conforme Relatório Regional de Desenvolvimento Humano das Nações Unidas de 2013-2014 denominado, Segurança Cidadã com rosto humano: Diagnóstico e proposta para a América Latina, por meio do qual analisaram-se índices de segurança de dezoito países, cinco em cada dez latino-americanos perceberam que a segurança do seu país piorou. Cerca de 65% da população revelaram que deixam de sair de suas residências à noite em decorrência da insegurança, enquanto que 13% já tiveram a necessidade de mudar de residência por temer ser vítima de um crime (LAPOP-PNUD, 2012).

Por sua vez, o Relatório Global sobre a prevenção da violência de 2014 elaborado pela Organização das Nações Unidas – ONU revelou que América Latina e Caribe apresentam maiores índices de homicídio no mundo. Já o Relatório de Desenvolvimento Humano também apresentado pela ONU em 2014, no que respeita ao rendimento, o nível de desigualdade mais acentuado observa-se na América Latina, atingindo a elevada margem de 36% (RDU-PNU, 2014, p.37), enquanto quarenta e cinco milhões de latino-americanos correm risco de cair na denominada pobreza multidimensional, situação que inexistem condições mínimas para a sobrevivência digna, como alimentação e saneamento básico (RDU-PNU, 2014, p. 73).

É fato, portanto, que o Estado deixou de cumprir seu papel em diversas funções básicas, sobretudo quando convocado por pressões decorrentes da modernização da sociedade, o que põe em xeque os modelos de regimes conhecidos na região.

Com o progresso da sociedade e, conseqüentemente, as cobranças pela consecução de políticas públicas voltadas a atender novas necessidades, o Estado torna-se refém da sua estagnação, viabilizando o surgimento de movimentos neopopulistas e autoritários caracterizados pelo aparecimento de líderes carismáticos condensadores de forte apelo social.

4.1 – ESTADO: ator principal, história, configuração do mapa político e desafios.

O Estado sempre foi o ator principal da sociedade latino-americana, tendo como um dos fatores contributivos a perenidade da ordem estatal. Desde a descoberta dos países que formam a América Latina, passados os três séculos do período colonial, até os tempos hodiernos, o império estatal se fez constante, independentemente das condições precárias que o caracterizam, exercendo uma força dominadora sobre os grupos étnicos aqui existentes.

De se destacar também o aspecto tradicionalmente marcante que identificaram as forças oligárquicas na América Latina. Com efeito, os grupos familiares colonizadores

mantiveram relações significativamente mais próximas com os atores estatais externos, do que com a sociedade interna propriamente dita.

Assim, a compreensão dos Estados na América Latina passa necessariamente por estas duas premissas: a) ressaltados os eventos isolados, a constância do estado ao longo do tempo representa um fator continuidade de seus países; e, b) a interligação dos grupos oligárquicos com o meio externo, denotando o distanciamento ou, em alguns aspectos, a ausência do estado com a realidade social interna.

Outro elemento importantíssimo para a configuração política dos estados latino americanos advém da ausência de guerras ao longo dos séculos XIX e XX. Nesse aspecto, convém destacar o papel dos Estados Unidos da América pós primeira grande guerra, cuja atuação evidencia-se:

Na configuração dessa trajetória, cumpriu um papel decisivo o surgimento da hegemonia dos Estados Unidos depois da Primeira Guerra Mundial, que, além de se constituir força amortizadora do impacto provocado pelos conflitos extracontinentais, atuou como um poder moderador nas contendas regionais, sem menosprezar as reiteradas incursões e invasões perpetradas no que considerava ser sua área de influência. (SORJ et al, 2008, p. 206-206).

Apesar do traço de pacificidade que marcou a convivência externa dos países da América Latina durante séculos, não se pode desconsiderar que estes mesmos países seguiram o caminho inverso no que tange o controle da violência dentro de seus territórios. Mais uma vez, precisa a impressão capturada na obra, *O Desafio Latino Americano: coesão social e democracia*, ao notar que “os Estados se mostram mais soberanos fora do que dentro do próprio território” (SORJ et al, 2008, p. 207).

Nesse viés, no cenário supranacional, os estados latino-americanos buscaram estruturas políticas que somente vieram à tona por meio de recursos financeiros, ocasionando endividamento externo. Essa operação, não obstante representar uma adesão quase que coercitiva ao submundo capitalista, também gerou dividendos positivos, sob um olhar otimista.

Conforme mencionado, a maioria dos Estados na América Latina sempre apresentou elevados níveis de desorganização interna, circunstâncias ameaçadoras à formação e reconhecimento desses organismos no plano internacional. Assim, os recursos de fora serviram para estabilizar essas relações, gerando uma espécie de aceitação subentendida.

Além disso, ao contrair dívidas externas, comum seria imaginar que assumiriam uma tendência natural de se tornarem reféns das potências mundiais credoras. No entanto, a história

demonstrou que a capacidade burocrática e a auto regulação desses Estados foram aprimoradas, modernizando sensivelmente a autonomia para lidar com organismos públicos e privados.

Evidentemente, o processo de industrialização deflagrado na maior parte dos países da região, marco central do sentimento nacional-populista dos respectivos povos, teve seu papel fundamental para o aperfeiçoamento do sistema jurídico, legal e institucional, fortalecendo a autonomia nacional dessas nações. Basta dizer que, os países que não alavancaram uma dinâmica industrial sofreram consequências gravíssimas no âmbito de suas liberdades políticas, como é o caso do Haiti.

Todavia, o alcance da industrialização nos países da América Latina e seu calor nacional-populista não foram capazes de suportar as necessidades que emanam da sociedade. O capitalismo globalizado faz com que as demandas sejam atendidas imediatamente e em escalas diferentes nos vários mercados existentes. Se fosse possível condensar os desafios latino-americanos em uma pauta exclusiva, o cartão de apresentação seria necessariamente encontrar um caminho que leve o Estado a atender as inúmeras demandas da sociedade moderna e globalizada.

4.2 – Desafios da América Latina em face da Globalização:

O aspecto mais acentuado da globalização é representado pelo poder de penetração nos espaços, transformando a sociedade através do poder invasivo das novas necessidades. Em muitos casos, o Estado não possui estrutura para suportar tamanhas exigências, falhando em alguns setores, ou mesmo desaparecendo em outros.

Os limites territoriais da nação são atropelados por novos modelos e sistemas que o mercado globalizado institui, exigindo reformas que assegurem políticas públicas protetivas e transformadoras a bem da sociedade moderna. Os efeitos virulentos da globalização são representados e, por que não afirmar, sentidos pela rapidez e grandeza com que surgem novos fenômenos econômicos, financeiros, culturais, jurídicos, políticos, e principalmente sociais.

No entanto, a indagação é inevitável: diante da palpável fragilidade do Estado para resolver problemas internos, que instituição, entidade, poder, ou mesmo organização estaria mais habilitada para enfrentar os efeitos causados pela globalização? Em quem se pode confiar?

Por mais paradoxal que seja, só há uma resposta: no Estado.

Antes de procurar instrumentos paliativos para lidar com o problema, a sociedade espera mesmo é no Estado medidas reguladoras que conciliem as necessidades modernas com políticas públicas que promovam a coesão social. Essa situação repercute inevitavelmente na

questão tão quanto presente, resultante da crise de representatividade que rodam a maioria dos países latino-americanos. O aparecimento do chamado “giro populista” e dos movimentos denominados de “comunidades de indignação”.

4.3 Os Regimes de Bem-estar na América Latina: Diferenças e Particularidades.

Para compreender as dificuldades suportadas pela América Latina na busca pela coesão social, convém analisar os regimes de bem-estar dinamizados por seus países.

É conhecendo os diferentes tipos de política de bem-estar social que se pode definir o melhor caminho a ser adotado entre os vários modelos de proteção social necessitado por cada nação, atentando-se para o aspecto de que não há um padrão de igualdades entre os países da América Latina.

Citando a pesquisa desenvolvida por Fleury em 2002, o professor Fabrício Fontes de Andrade traçou as três tipologias dos sistemas de proteção social na América Latina, além de mencionar o recente estudo de Franzoni feito em 2007.

Ancorado sempre na verificação de Fleury, o citado professor assinalou que, em 1998, Mesa-Lago definiu como premissa o caráter histórico-temporal dos sistemas de seguridade na América Latina, estabelecendo marcos importantes que cada país fixou para estruturar padrões de políticas de proteção social. Assim, segundo Mesa-Lago citado por Fleury, os países classificados como Pioneiros foram o Brasil, Chile, Argentina, Uruguai e Cuba, os quais iniciaram seus sistemas de proteção social por volta de 1920.

Esses países caracterizam-se por apresentar sistemas estratificados de proteção social, onde a menor parcela controladora é privilegiada por serviços de alta qualidade, enquanto que a base da pirâmide sofre com serviços precários. Na visão do referido autor, a estratificação decorre primordialmente do trabalho desempenhado pelos chamados grupos de pressão.

O segundo grupo detectado por Mesa-Lago foi denominado de Intermediário, composto por Costa Rica, Panamá, México, Peru, Colômbia, Bolívia, Equador, Paraguai e Venezuela. Deflagrando seus sistemas em 1940, seguiram as linhas mestras do Plano Beveridge e da OIT (Organização Internacional do Trabalho), deixando de estruturá-los conforme o processo de industrialização. Apresentam baixo grau de cobertura, apesar de se caracterizarem pelo elevado dispêndios de recursos com saúde.

O último agrupamento definido como Tardio é formado pelos países, República Dominicana, Guatemala, El Salvador, Nicarágua, Honduras y Haiti, concretizando seus

sistemas de proteção social a partir de 1950, segundo Mesa-Lago. Possuem as seguintes características: baixo grau de cobertura, atenção restrita e centralização nas Capitais dos países.

De outra parte, o estudo realizado pela CEPAL em 1998 selecionou os países da América Latina de acordo com o percentual do PIB investido no sistema, isto é, os gastos *per capita* em ações de proteção social com relevância a educação e saúde, dividindo-os em três grupos; 1º gasto superior ou alto, que são os que empregaram mais de quatrocentos dólares no ano de 1998 (Argentina, Uruguai, Brasil, Chile, Panamá e Costa Rica); 2º gasto intermediário, que investiram entre duzentos e quatrocentos dólares no ano de 1998 (Colômbia, México e Venezuela); e, 3º gasto baixo, gastando abaixo de duzentos dólares *per capita* em 1998 (Peru, Paraguai, El Salvador, Bolívia, República Dominicana, Guatemala, Honduras e Nicarágua).

Por sua vez, o critério de avaliação estabelecido por Filgueira em 1997, apoiado nos pressupostos preconizados por Esping-Anderson, examina a fundo o grau de maturidade do sistema de proteção social e a qualidade do gasto, focando no grau de diminuição das diferenças entre as parcelas da população.

Divide os países latino-americanos em Universalismo estratificado, Regimes duais e Regimes excludentes. O primeiro grupo composto por Argentina, Uruguai e Chile apresenta uma ampla proteção para a maior parte da população, daí o caráter universal, no entanto, essa cobertura sofre sensíveis alterações nas diferentes classes, o que o classifica como estratificado.

O segundo grupo seria preenchido por Brasil e México, possuem fortes níveis de desigualdades sociais e a dualidade advém exatamente por quase metade da população se inserir no sistema de proteção social, desamparando a outra metade que, menos desenvolvida, são contempladas com medidas assistencialistas e paternalistas.

Por fim, segundo Filgueira, de acordo com a análise de Esping-Anderson em 1991, os Regimes excludentes abarcam os demais países da América Latina, caracterizando-se pela restrição das medidas de proteção social apenas a pequena parcela elitizada da população.

Em recente estudo realizado por Juliana Martinez Frazoni, 2007, denominado *Bienestar en América Latina*, analisaram-se os diferentes regimes de bem-estar social com base em informações sobre estrutura social, econômica, e das políticas públicas de dezoito países da América Latina. Bastante familiarizado com as concepções propostas por Esping-Anderson, de 1991, tal estudo incorporou categorias como desfamiliarização, desmercadorização e mercadorização.

Os grupos estabelecidos foram: Estatal Produtivista, Estatal Protecionista e o regime familiarista.

No primeiro conglomerado, estão presentes os países Chile e Argentina, e a característica principal desse sistema é a presença superficial, porém não desprezível, do estado como instrumento de intervenção para garantir a funcionalidade do mercado, corrigindo suas falhas. Apresenta, com isso, alto grau de dependência da mercantilização do bem-estar.

O segundo grupo do qual Brasil, Uruguai, Costa Rica e México fazem parte, destacam-se pelo apego à desmercantilização, ficando a cargo do estado a provisão de políticas sociais e proteção social. O Regime protecionista mantém boa parte da população fora dos meios privados de bem-estar, buscando viabilizar lhes o financiamento e o acesso.

Por último, o terceiro grupo classificado como *familiarista*, é marcado pelo alto índice de população descoberta por ações de proteção social, em que pese a grande necessidade da população. A mercantilização e a desmercantilização são desprezíveis, pois os salários dos trabalhadores são extremamente baixos.

Importante destacar que, segundo a autora egressa da Universidade de Pittsburgh, todos os países da América Latina possuem elevado grau de familiarismo, ainda persistindo o modelo mulher/cuidadora e homem/provedor com forte densidade em razão da escassez de determinadas políticas públicas.

5. OS EFEITOS DO CONSUMISMO NA AMÉRICA LATINA.

Após uma rápida aferição sobre os regimes de bem-estar social persistentes na América Latina, convém observar os impactos do consumo em massa na região, avaliando seus aspectos positivos e negativos.

De antemão, diferentemente dos Estados Unidos e, em menor escala, no Reino Unido, nos quais a mercantilização exala fatores altamente positivos, o mercado nos diversos países da América Latina não foi recebido como fonte inspiração e progresso, sofrendo resistências de setores variados como movimentos católicos antimercantil; reminiscências socialistas que ligam o consumo em massa à alienação; grupos nacionalistas que associam o comércio à globalização e esta, por sua vez, ao império norte americano; setores sociais contrários às privatizações etc.

Esse pensamento contrário à mercantilização se choca com necessidades inafastáveis da sociedade moderna, as quais expressam a importância de abertura econômica e a livre importação como fontes provedoras de produtos mais acessíveis aos trabalhadores.

O discurso antagônico fortalece os movimentos populistas encabeçados por líderes, muitas vezes utilizando instrumentos de agudo clamor social, tal como o ordenamento

legislativo surgido na América Latina em defesa do consumidor, o qual recebeu apoio de reconhecidos setores da sociedade civil.

Os efeitos do consumismo são complexos e seu estudo não pode descartar a essência do neopopulismo que pairou nos países latino-americanos nos últimos vinte anos. Expressiva parcela da população passou a ter acesso a bens que antigamente apenas a elite desfrutava.

Tal fenômeno, associado à universalização dos meios de comunicação, representa o que se pode denominar de síndrome da expectativa de consumo. O problema não está no fato de possuir determinados bens que outrora passavam ao largo da grande massa. Difícil é controlar o desejo de obter incessíveis novos produtos diferenciados e qualitativamente melhores, o que acarreta o sentimento individual e implícito de desigualdade, pondo em risco o núcleo principal da sociedade, isto é, a família.

Em contrapartida à mentalidade do cidadão-consumidor, o cidadão-político apega-se a uma capacidade cultural crítica, muitas vezes encontrando atenção e espaço no estado de desconforto existente na grande massa consumidora, quando seus indivíduos veem frustradas suas expectativas de consumo.

Os indicadores dos regimes de bem-estar social são fundamentais para o debate sensato sobre a coesão social na América Latina. Alguns temas não podem ser esquivados, um deles é o consumo e a mercantilização ou desmercantilização de políticas sociais.

Na realidade, o compasso histórico no qual a política social foi desenhada na América Latina merece ajustes, enfrentando os desafios complexos do consumismo e seus reflexos no escopo social, assim como o modelo de aproveitamento e financiamento das ações de bem-estar, mantendo constantemente os olhares voltados ao neopopulismo e suas repercussões no processo de construção democrática da região.

6. O PERFIL POLÍTICO DO NEOPOPULISMO

O populismo na sua versão clássica seria uma ideologia de rejeição e rompimento institucional baseada nos modelos econômicos liberais de natureza oligárquica. Já o neopopulismo emerge de um contexto negativo das investidas neoliberais mais conectadas com os mecanismos de concentração de riquezas e de desigual distribuição de renda. As pretensões desenvolvimentistas ficaram no âmbito das ideologias e do discurso. Neste aspecto, a variante inserção do populismo manteria uma perspectiva de ambivalência estrutural como uma alternativa que busca a hegemonia de forma impactante (CAMMACK, 2000:155).

O populismo na América Latina manifesta-se como resultado referente aos aspectos negativos da globalização e do neoliberalismo. Diante das inúmeras condições de debilidade social promovidas pelo modo produção e pela conformação capitalista marcadamente consolidada pela desigualdade e má distribuição de renda, o neopopulismo ganha força ao se tornar um estilo político. Alicerçado em recursos relacionados à retórica do apelo ao povo, figurado na pessoa de um líder carismático que legitima no discurso a possibilidade de uma transformação inspirada em uma ordem coletiva de distribuição equânime de bens e serviços.

Evidentemente, todo discurso revestido de conotações reformistas e altruísticas se põe ao serviço de objetivos antidemocráticos (TAGUIEFF, 2007: 9). Na verdade, o populismo não encontra conciliação conceitual e prática, quando observada a retórica que prega a base social, econômica e apoiadora em uma abordagem ideológica ou estratégia de discurso empreendido pelos líderes de movimentos reformistas. No campo atual de perspectivas mais relacionadas ao estado neoliberal e globalizado, o neopopulismo assume sua faceta por meio de um amplo apoio popular reafirmado na personalidade do líder, que ampara o povo dos males do capitalismo e suas repercussões.

É manifesto que os autores (DEBERT, 1979; SMITH, 1978 apud BAQUERO, 2010:183) venham discordar quanto ao conceito de populismo ao destacar o papel das massas no movimento populista. Enquanto o primeiro tenta inserir a definição no envolvimento das classes populares na vida política, o segundo argumenta que o ingresso das massas na vida política seria apenas instrumental. Nesta perspectiva a essência de conceito de populismo e a sua contradição confluem-se.

O populismo começou como movimento popular e, ao mesmo tempo, manteve contradições internas e vícios políticos tradicionais. Caracteriza-se pelo seu caráter manipulativo e não pela inserção das massas no processo decisório, que na verdade é usado no discurso para efeito de controle. O neopopulismo assume caráter clientelista ao manejar as massas através de políticas públicas assistencialistas de classes e setores historicamente excluídos dos programas do governo neoliberal. Dessa forma, obtém o apoio necessário para sedimentar o poder político do líder (ANDRADE, 2005).

Para Olsen (2008) enquanto a corrupção e a falta de representatividade predominarem na maioria dos países em desenvolvimento, como no caso da América Latina, a situação se agravará por meio da presença da desigualdade e da pobreza. E é este descontentamento gerado pela situação experimentada, sobrevivendo resposta dos cidadãos latino-americanos no sentido de apoiar um ditador e não um líder eleito, caso considerassem que um governo não democrático proporcionasse melhores benefícios econômicos e sociais.

A crise de representação com a perda da confiança pública nos atores políticos tradicionais predispõe ao surgimento dos líderes, ante a incompatibilidade de organização político social. A crise dos mecanismos institucionais de representação é justamente recomposta pelo aparecimento de líderes (VILAS, 1995:35). O discurso conciliado com a causa do povo dá ensejo a voz que preenche as esperanças. O líder trabalha por uma causa pessoal, mas deforma a soberania do estado democrático por inferir demagogia no discurso, trazendo a figura do sagrado a um estado de reverência por tratar-se de um salvador dos males do capitalismo e da burguesia (TAGUIEFF, 2007: 10-11).

A possibilidade de utilizar dos recursos do orçamento estatal, retórica que satisfaz a fé e confiança em uma possibilidade de estar vivendo o sentimento de pertencimento, além do contato direto com as massas, tem geralmente o objetivo de subordinar e condicionar o povo, e assim montar um exército de súditos e apoio político ilimitado. Com tanto poder, concentra-o para manejar qualquer possibilidade de insurgência, mesmo diante do mais incomum dos atos e decisões que afetam diretamente a economia a ordem social e institucional (GUERREIRO, OLIVA, 2007: 7).

É certo que a influência das desigualdades econômicas ecoando na sociedade transformam diretamente os traços e a práxis da tradicional política. A polarização gerada pela disparidade social e econômica do grupo vulnerável à exploração e aos efeitos da política dominante cria um potencial gerador de conflitos entre classes. O cenário é de descrédito do governo e das instituições políticas, por não conseguir contemplar as demandas sociais como uma prioridade, deixando livre à conveniência do ideal populista, revestido de apelos demagógicos resultado da fragilidade do setor popular que não mais atribui qualquer crédito às instituições do Estado.

Como o desenvolvimento do capitalismo, cujo predomínio da produção se concentrou no consumo, substituição de importações e distribuição progressiva de renda, um discurso ideológico estruturado na figura do líder consolidou a lealdade popular impulsionada ainda mais por políticas de redistribuição de renda que fomenta o consumismo e otimiza o mercado interno, garantindo a rentabilidade do capital privado.

O populismo é caracterizado como um movimento político que se desenvolve em resposta às crises do desenvolvimento e que envolve múltiplas dimensões: histórica, sociológica, econômica, ideológica e política. Neste último campo, o neopopulismo rejeita a atividade legislativa e lança mão de medidas provisórias e decretos-leis para governar e tomar decisões que beiram à excentricidade. O populismo assinala em sua essência um caráter mais manipulativo através de uma confluência de ações clientelistas por meio de políticas públicas

de cunho assistencialista, cuja pretensão política é obter apoio dos chamados setores subalternos e das classes populares excluídas dos programas de assistência dos governos liberais.

O engessamento das classes sociais na América Latina contribuiu para o surgimento dos movimentos populistas. Viu-se a personificação messiânica nos líderes populistas, para atender inúmeras demandas sociais básicas. Este estilo político que reúne carisma e retórica exala demagogia e expõe a figura do líder como expressão mítica, elevando sempre o discurso que ressoa contra as elites dominantes e a falta de perspectiva pelo desprezo do governo às causas sociais e subjugado aos interesses econômico de grandes potências, além da adesão ao modelo neoliberal e globalizado.

Neste contexto globalizado, o neopopulismo assenta seu modelo na valorização do Estado como instituição que assegurará o bem estar social, uma reação contra as privatizações efetivadas pela elite liberal-conservadora que trai o povo entregando às multinacionais a riqueza do país. O autor Ricardo Vélez Rodríguez (2008, p. 17) destaca os desfechos do processo de retomada da soberania do Estado nacional:

Sem que tal processo signifique uma racionalização do Estado, os novos messias partem para estatizar em nome do povo, politizando, nos casos mais moderados (como no populismo petista) as agências reguladoras, que são tiradas do domínio dos técnicos e entregues às lideranças sindicais, essas sim representativas do povão. No contexto dessa nacionalização, emerge uma espécie de mágica econômica, que produz resultados alvissareiros. Ricardo Vélez Rodríguez (2008, p. 17).

A enorme carga de ressentimento contida na população nos países em vias de desenvolvimento é atribuída principalmente à forma maniqueísta com que é dividido o cenário internacional no mundo globalizado, condicionando os países líderes de um lado e os países subjugados aos ditames da ordem econômica do outro, voltada aos interesses das grandes potências. Esse sentimento ganha destaque em face dos Estado Unidos (especialmente nos casos latino-americano e árabe), ou de Israel (no caso palestino). Surge deste ressentimento o antiamericanismo como uma estratégia decisiva para estabelecer as motivações e ilustrar a presença de um inimigo que deve ser combatido.

É evidente que o líder populista em defesa de causa própria usufrui da demagogia, para conciliar o discurso ao ressentimento das massas contra as elites e contra o imperialismo das grandes potências, afim de montar uma estrutura materializada do inimigo que precisa ser aniquilado. Um dos elementos que favoreceram a emergência de movimentos populistas nestas nações foram as precárias condições estruturais, de ordem econômico-social. Os líderes populistas capitalizam, habilmente, as crises econômicas, desenvolvendo um discurso político que sensibiliza as massas, empregando, inclusive, alguns dos símbolos e retóricas usados pelos

fascistas dos anos 1930. Portanto, a situação econômica da maioria dos países latino-americanos segue precária, mantendo as condições oportunas para que o discurso populista venha a se consolidar com força para modificar as bases da estrutura política com repercussão na economia e no campo social.

No âmbito político, anula-se qualquer oposição que venha confrontar embates de ideias e assim oxigenar uma democracia pluralista para dar relevo às pretensões autoritárias assumidas pelo líder. O papel do líder neopopulista na dominação das massas é proporcionado pela mídia e pelas pesquisas de opinião agregadas ao amparo assistencialista. Dessa forma, atraí os eleitores que aderem em massa a sua campanha política.

Neste panorama, o paternalismo da relação convive plenamente com antigas formas de patrimonialismo como mecanismo de dominação. O discurso demagogo imposto fortemente por uma mídia tendenciosa e construída para conceber uma ideologia populista transforma a já fragilizada democracia em alicerce para o autoritarismo. O reforço midiático da imprensa parcial voltada aos interesses do líder populista engendra toda espécie de artifícios para manejar a opinião. Nesta perspectiva Taguieff (2007, p.21) assevera:

A sensibilidade populista confunde-se amiúde com a sensibilidade em face da miséria, e o estilo populista com o estilo proletário ou plebeu. O seu postulado ideológico é que os Grandes ou Os de cima mentem e se enriquecem às expensas das pessoas comuns, descritas como vítimas que sofrem. Essa sensibilidade que mistura sentimentos de revolta e compaixão se expressa, encenada e instrumentalizada com fins comerciais, em numerosos diários e semanários que rivalizam em matéria de denúncia contra as elites, mediante a revelação de escândalos que as inculpam. É nesse sentido que se pode dizer que há uma imprensa populista (...)Taguieff (2007, p.21).

O discurso neopopulista confronta principalmente a democracia representativa movida por interesses privados que pouco contempla os interesses coletivos. São as formas tradicionais de dominação que age pela exclusão e por desligar as massas do sentimento de pertencimento e coesão.

O apoio sustentado neste “*statuo quo*” é expresso no discurso populista como uma conjuntura que deve ser rompida pela força. Sob a égide do carisma e da eloquência dos discursos, a ação direta (sem intermediações) com as massas, é outra qualidade do modelo. Para isso, além do corpo-a-corpo, usufrui da tecnologia de informação e comunicação para alcançar esta meta, e assim, ressoar o arrazoado de todos os anseios do povo para conformar seus propósitos de poder e dominação.

Adita-se também a espontânea identificação do líder com o povo pelo fato de representar um indivíduo simples, comum, que não se molda ao perfil elitista de um representante político.

O despoite da liderança carismática neopopulista ascende diante da crise decorrente das repercussões da nova ordem econômica e social. A parcela da população atingida pelos inconvenientes trazidos pela globalização como o desemprego, as oscilações econômicas e o estranhamento entre culturas geograficamente distantes, abruptamente postas em contato, promoveriam este contexto de descontentamento.

É importante destacar que o populismo é flexível e se adapta a outras ideologias políticas, inserido nos discursos para compatibilizar com os interesses das massas, afim de conciliar as suas pretensões de poder. Na estrita defesa dos interesses do povo em reação aos modelos políticos de crescimento econômico sem vislumbrar o desenvolvimento, cujo extrato social é o mais prejudicado, alguns segmentos do populismo assumem posturas radicais e nacionalistas. É marca evidente no populismo a rejeição às instituições que alicerçam o poder, justamente por materializar os modelos criticados e também por não somar as ambições de ser o líder absoluto.

A orientação antipolítica ganha espaço mediante a crise da representação, cuja desconfiança abre espaço para as ideologias ufanistas propostas pelo líder revestida de esperança em dias melhores e exaltando as qualidades do país e de seu povo. Neste contexto, Ricardo Vélez Rodríguez (2008, p. 11) corrobora, atestando que:

A classe política, para os líderes neopopulistas, é totalmente corrupta, não vale a pena o trabalho de moralizá-la ou modificá-la, deve-se prescindir dela. Os novos governantes devem surgir diretamente do seio do povo, sem mediações partidárias ou institucionais. Apela-se, aqui, para o antigo sentimento jacobino da pureza ou da virtude. Somente é puro ou virtuoso aquele que provém das entranhas populares. Ricardo Vélez Rodríguez (2008, p. 11).

Diante da crise de legitimidade e da reduzida confiança na representação política, desenvolver a convicção de rompimento com este modelo elitista seria a única forma de retomar a esperança das massas. Para vencer esta engrenagem política, surge a necessidade de um governante que se assemelhe com seus governados, reconciliando as máximas democráticas em que a soberania do povo, com sua representação, garanta o bem estar coletivo.

As manifestações do populismo crescem e assumem forças de colisão diante do substrato histórico da tradição patrimonialista dos países ibero-americanos, o qual faz da coisa pública um negócio privado, repercutindo diretamente nos problemas e dilemas sociopolíticos destes países.

Nesta perspectiva, os próprios líderes populistas emergem desses mesmos modelos de política, mas para não caracterizar-se como uma contradição absoluta, assumem posturas

autoritárias e recorrem à retórica de que só a revolução contra algum inimigo pode salvar o povo.

Para Greenspan (2008), o populismo no campo econômico segue uma cartilha simplista e objetiva, pelo menos no discurso. Os defensores do populismo assentam que as grandes estruturas teóricas são construções montadas para dispersar as reais necessidades da vida prática. “Se há desemprego, o governo deve contratar os desempregados. Se o dinheiro está escasso e as taxas de juros estão altas, o governo deve impor limites artificiais imprimindo mais dinheiro. Se as importações estão ameaçando empregos, proíbe-se as importações” (GREENSPAN, 2008:326).

Os governos personalistas do neopopulismo ao, rejeitar os mecanismos institucionais que estruturam o Estado, convergem para a abolição do pluralismo político. Pela essência, estabelece uma opção de escolha àquelas propostas lançadas que mais possam canalizar os interesses da sociedade.

Cabe aos partidos políticos o papel de desempenhar como interlocutores da sociedade perante o Estado. Portanto, faz-se necessário a reinstitucionalização de mecanismos efetivos de mediação política para dar cabo às iniciativas populistas.

É patente a evidência de que a débil condição econômica promove o estado em que as tomadas de decisões das massas são motivadas por interesses pessoais, daí se tornarem tão vulneráveis à manipulação populista e operarem por meio de redes clientelísticas no qual o eleitor troca apoio eleitoral por favores para obtenção de serviços essenciais.

Eis a necessidade de manutenção precária dos serviços e Estado inoperante, afim de manter a população cada vez mais dependente do governo. Privados destes bens e serviços, tornam-se massas de manipulação.

Para garantir efetivamente o exército direto de força com o fim de conservar o poder e manter a suprema autoridade, mobilizam os eleitores das camadas populares para desequilibrar as eleições, organizam passeatas em massa contra os seus oponentes. Fazem uso extensivo do clientelismo para recompensar seus seguidores e utilizam os recursos do Estado para promover o desenvolvimento econômico e estabelecer mediações entre empresários e empregados.

Há nessa composição de elementos políticos um superdimensionamento da instituição presidencial e um enfraquecimento de outras organizações institucionais que venham intermediar melhor os interesses entre estado e sociedade. Não há possibilidade de conferir uma

democracia participativa diante do fenômeno dominador e impositivo das manifestações do líder ativo na sua práxis e postura.

Sob a égide de um nacionalismo expressivo em que todas as mazelas possam ser resolvidas por meio de uma valorização do Estado aos bens e riquezas do próprio território, os partidos políticos não têm a menor importância neste panorama. Portanto, para garantir a sensação de pertencimento e participação política, as eleições são executadas na “normalidade” de um cenário de conjuntura democrática, mas manipulada, seja no surgimento de partidos inexpressivos (manejados pelo próprio detentor do poder), seja na manipulação direta dos resultados.

É nesta engrenagem que a dependência social mantém-se ativa, sob uma relação paternalista bancada pelo Estado sufocado de demandas, porquanto a população não inserida no processo de produção, vê-se forçada a recorrer aos mecanismos reivindicatórios que fomentam o clientelismo.

Conformar o discurso de esperança e assim alimentar o imaginário coletivo de uma sociedade contundida com profundas desigualdades sociais, efeitos gerados por este nefasto mecanismo de distribuição de renda, traz consequências diretas no impedimento de construir uma democracia plena neste cenário de complexos elementos que envolve muitos interesses.

Tais proveitos são ainda mais intrincados quando os elementos políticos se misturam ao componente cultural inserido na perspectiva pós-moderna ostentada pela influência neoliberal.

Abordar temáticas relacionados à democracia plena para quem nunca experimentou tal gozo confunde o real conceito do remoto discurso de pretensões participativas. Esta é uma dinâmica de pouco efeito prático, visto que a conveniência de anuir ao *status quo* toma qualquer possibilidade de contestar, já que ocupa na plenitude a sensação de desesperança.

Movidos por uma expectativa remota de transformação revolucionária a população vivencia uma cultura política de inércia deixando fluir as representações políticas baseadas no personalismo em que se vota mais pela pessoa sedutora na retórica e no discurso do que nas propostas partidárias.

Os planos e projetos propostos pelos partidos políticos lançados a luz das demandas mais urgentes permitem que o eleitor possa identificar-se e escolher diante da galeria de projetos. Desta forma exerce-se a democracia no âmbito das ideologias. Na prática, os partidos assumem uma função atrofiada com programa partidário raso, obsoletos e inócua, cuja a natureza ideológica passa distante das pretensões de discursos afinado com o ideário.

O resultado destas práticas partidárias são geralmente um ideal republicano difícil e distante de concretizar, ao mesmo tempo contraditório, o que inspira a desconfiança da população. Para Baquero (2010:188), é neste contexto que fica propício para que líderes desloquem os partidos como ponto de referência para a preferência eleitoral, com carisma e discursos afinados naquilo que o povo quer ouvir.

A relação entre neopopulismo e democracia é extremamente conflituosa. Com o fortalecimento do personalismo e a fragilidade institucional pela relação fragmentada com a sociedade e a falta de respaldo, causa a perda de interesse na participação de organização formal.

Com a conexão estreitada ao líder que evoca o carisma e a retórica da esperança e de um Estado alcançável sem necessidade de negociar para ter acesso aos bens e serviços, o populismo germina com força. Como a democracia não atende às demandas de inclusão de amplos setores da população, fragiliza-se. Em uma perspectiva de transformação até alcançar o desenvolvimento, promover o sentimento de pertencimento, horizontalizando as relações políticas a partir do reconhecimento da condição de cidadão são pretensões que devem ser inseridas nos modelos políticos.

Considerando a crise de representação na inserção do populismo e da condição de cidadão politicamente vulnerável e excluído economicamente, este certifica da debilidade das instituições democráticas e se prestam a envolver-se nas relações de troca que descaracteriza os pilares da democracia. Esta exclusão social vigente nas democracias modernas cria terreno fértil para as experiências populistas que, representado na figura do líder, implanta o antagonismo com as oposições políticas, personalizando o poder acima dos partidos e das leis, para justificar o rompimento com o *status quo* (SORJ, 2008: 236).

A influência do neopopulismo nos anos 80 e 90 na América Latina, com Carlos Menem (Argentina); Alberto Fujimori (Peru); Bucaram (Equador); Hugo Chávez (Venezuela); Evo Morales (Bolívia) e Rafael Correa (Equador) instituiu uma marca expressiva do neopopulismo, exportando o modelo para vários outros países da América Latina.

Ao incorporar o socialismo do século XXI às características do modelo, advieram novos mecanismos de produção. Na perspectiva de atender as demandas sociais de inclusão e distribuição de renda, busca-se com esta representação político-econômica forte controle do estado em todos os segmentos da sociedade e da economia, a exemplo da distribuição equitativa de riquezas, da construção de modelos alternativos de geração de riquezas, além da imposição das empresas privadas aderirem ao projeto estatal pela exoneração de impostos e concessão de créditos.

Sob o comando da liderança messiânica que se ancora no discurso da implementação de um novo socialismo voltado à inclusão e distribuição de renda e redução das desigualdades impostas pelo modelo neoliberal, concentra-se poder desmantelando instituições democráticas, reforço ao nacionalismo substituindo importações e fomentando o produto interno.

No âmbito da política surge um antagonismo importante com as demais expressões, além de um comportamento antinstitucional com governo exercido acima de ideologias partidárias e pela própria lei, na justificativa de romper com a nefasta condição social estabelecida pelo movimento neoliberal.

Com o apoio das massas movidas pelo clientelismo e impulsionados pelo discurso polarizado, o resultado prático eclode no aumento dos gastos públicos com as políticas assistências, no fracasso sucedido pela nacionalização da economia, no insignificante investimento externo, na baixa circulação de capital, na indústria ofegante, na inflação galopante e no incremento da corrupção. A ruína do modelo neopopulista se materializa.

7. VENEZUELA: neopopulismo em essência:

Exemplo clássico do neopopulismo com todas as tintas, a Venezuela, sob o comando de Hugo Chávez que em 1992 assumiu o poder sob o amparo do exército, engrossa atos do governo e executa ordens de expropriação de empresas e fazendas. O presidente cria milícias cujos integrantes atuam como quadrilhas de saqueadores impunes, já que justificava a prática ilegal sob a razão aparente de que tais atos libertariam o povo venezuelano da elite individualista.

No âmbito jurídico, Chávez aprovou uma nova Carta Constitucional, eliminando o Senado e estendendo seu mandato para seis anos. Sob pressão, os deputados aprovaram a “lei habilitante”, possibilitando o presidente governar por decreto. O Poder Judiciário tornou um espaço de juízes e operadores vinculados ao projeto de poder do presidente.

Por último, não renovou a concessão do maior canal de televisão da Venezuela, a RCTV, e os demais meios de comunicação são obrigados a ceder por conveniência. Chávez destruiu a incipiente indústria e agricultura venezuelana, expropriou empresas privadas e tomou mais de 5 milhões de hectares de proprietários rurais. Houve confisco de grandes residências particulares na capital Caracas e estas propriedades foram distribuídas para servir de quartel-general do governo. Ressalte-se que violência cometida era em nome do bem estar coletivo.

Todos os indicadores sociais e econômicos eram manipulados e até as taxas de desemprego eram forjadas, pois consideravam empregados os incluídos nos programas de transferência de renda.

A presença do inimigo (um elemento vital do populismo) baseou-se na vingança contra ricos e até às pessoas da classe média, pois aderiram à sociedade de consumo. Na falta de uma elite, que sucumbiu a devastação econômica do país, o inimigo foi dirigido aos Estados Unidos expulsando diplomatas americanos do território venezuelano.

O populismo caudilhista (o termo caudilho usava-se na idade média para se referir aos chefes militares que lideravam grupos de seguidores e devotos) de Chávez, que centralizou o poder e controlou uma fortuna desmedida proveniente do petróleo, usava-a indiscriminadamente a seu favor para manter-se no poder através de políticas assistencialistas. Seu discurso era de auto afirmação como um ser salvador e redentor, e associava sua figura a uma conotação quase religiosa.

Com o povo subjugado, amedrontado e mantido refém das benesses asseguradas pelo governo, a democracia fragilizou-se sob a liderança messiânica de Chávez. O presidente da Venezuela abusou de todos os recursos do populismo caudilhista para perpetuar-se no poder, empregando de forma desenfreada o discurso em pronunciamentos frequentes nos meios de comunicação controlados absolutamente pelo governo. Concentrou o poder por meio do domínio dos poderes legislativo, judicial, eleitoral e promotoria pública, além da crença no sucesso de um improvável socialismo do século XXI que insistia “castralizar” a Venezuela.

Com a morte de Chávez o chavismo se torna uma espécie de modelo político que ganha vida própria sustentado na ideologia caudilhista promovida por seu herdeiro político, Nicolás Maduro. No atual contexto de derrocada econômica em que vive a Venezuela fica cada vez mais difícil sustentar o modelo populista com a crise, mesmo quando o território Venezuelano é um dos maiores produtores de petróleo do mundo.

No regime que beira ao totalitarismo, Chávez repetiu a cartilhas dos grandes déspotas da história, incentivando a propaganda desdenhada da verdade. A manutenção das massas na ignorância e refém das dádivas do governo era indispensável.

A indústria petrolífera venezuelana tornou instrumento político do governo Chávez. A renda do petróleo foi utilizada para distribuir eletrodomésticos e alimentos em troca de apoio e votos. Este sistema de subsídios tornou a Venezuela um caso único no mundo, com a proporção experimentada pela população. A estratégia de sobrevivência da “revolução” dependia da pobreza de seu povo. Um fenômeno bem singular que ocorre na Venezuela é o encolhimento

da classe média, segmento vital para a produção de riqueza e para a criação cultural, artística e científica das sociedades que, para o chavismo, é considerada inimiga.

São marcas absolutas governo venezuelano o estilo centralizador, intolerante com qualquer opinião divergente e, sobretudo, o modo como tenta transformar as instituições públicas em um apêndice de sua vontade e idiossincrasias. A própria população, movida pela gestão assistencial do governo, torna-se prisioneira de um esquema que exige submissão absoluta e provas frequentes de fidelidade. Quem discorda do governo, recai o peso do aparato oficial que corta créditos aos empresários e proíbe os órgãos públicos de contratar opositoristas além de pressionar a iniciativa privada a fazer o mesmo.

A Venezuela torna-se então a maior expressão do neopopulismo com todas as suas consequências e um atalho para o retrocesso na combatida América Latina, que esboça com muita dificuldade uma representação democrática que possa conferir o avanço e o desenvolvimento.

8. DESAFIOS PARA ALCANÇAR O DESENVOLVIMENTO:

Os modelos políticos adotados com apoio da população sempre vislumbraram uma perspectiva de desenvolvimento por meio da participação popular. O discurso populista vende esta proposta na retórica do deslumbramento que turva a visão e consciência de um povo carente por auto afirmação, tanto como mecanismo para ascender socialmente, como para valorizar sua identidade marcada por uma cultura abastada de sincretismos.

A herança econômica de décadas de inflação galopante com políticas legitimadas para combatê-la provocou um desmantelamento do Estado, produzindo um desarranjo na vida da camada mais pobre da população latino-americana.

As reformas adotadas pelo Estado como estabilização monetária, interferência do Estado e certos mecanismos da política, economia e adoção de programas sociais norteados por critérios de eficiência, focalizaram os setores mais pobres da população. Por outro lado, o modelo estatizante de nacionalismo arraigado com o Estado assumindo o protagonismo no setor econômico, mobilizando apoio popular com política assistencialista, asfixiou o estado que empreendeu no regime autoritário como forma de sedimentar-se no poder.

Para Sorj (2008:265), carências do regime tecnocrata reduzindo o papel do agente político a elaboração de políticas públicas, abandono na mão do mercado os problemas relativos ao emprego e a concepção que a sociedade está reduzida em categorias para distribuição de rendas e que exige políticas sociais compensatórias, avoca uma reflexão que venha possibilitar mudanças paradigmáticas no cenário político.

O citado autor defende a importância de estimular a busca por valores e crenças comuns, a partir da consolidação da democracia e da coesão social. Necessidade de encontrar valores comuns em que o povo possa identificar-se com os projetos do estado inserindo sua participação sob os pilares dos mecanismos democráticos no processo de globalização.

Os problemas relacionados à América Latina estão concentrados na impossibilidade de garantir o bem estar social compreendidos na sociedade de consumo, por sua vez, vulnerável às tentações populistas. O grande desafio é construir o arcabouço de um projeto que venha garantir ampla expressão individual a ser outorgada pelo Estado.

9. CONCLUSÃO:

O presente artigo foi elaborado com o propósito de compreender os regimes democráticos dos Estados na América Latina e as repercussões decorrentes do neopopulismo.

A análise percorreu pelo exame do Estado e sua importância nas perspectivas de tornar-se o núcleo fundamental para alcançar a coesão social nos moldes de uma integração que unifique o campo econômico e administrativo do território. As contribuições para a promoção da modernização em amplos setores do estado latino-americano devem empreender meta de programa de desenvolvimento, assim como o alcance em suprir as inúmeras demandas sociais de um povo habituado à exploração em várias perspectivas da vida em sociedade.

É patente a influência da globalização e do consumismo no estilo de vida latino-americano, condicionado historicamente por ser um espaço de grande diversidade cultural e étnica. Nesse contexto, a América Latina absorveu uma parte significativa dos problemas relacionados às políticas neoliberais inseridas em uma conjuntura de Estado movido por atividades que conciliam vantagens privadas no cenário globalizado. Uma significativa camada da população padecida pela rejeição aos programas de bem estar social encontra-se vulnerável ao regime populista.

Exemplos de vários focos do neopopulismo assolam os países latino-americanos, cuja maior expressão acontece na Venezuela que caminha para autofagia, despertando assim uma necessidade de reflexão sobre os rumos da América Latina.

Reforçar os projetos de equidade por meio da proteção de setores mais vulneráveis é essencial. Fomentar a educação, saúde, moradia, cultura e emprego são medidas urgentes. A política deve convergir interesses no âmbito da representação das demandas do povo e, assim, impedir que experimentos populistas minem de vez a alavanca para alcançar o desenvolvimento.

10. REFERÊNCIAS:

AGUINAGA, Hernán Reyes. Brasil. In: GOMES, Pedro Gilberto; BRITTOS, Valério Cruz. **Comunicação e governabilidade na América Latina**. São Leopoldo: Unisinos. 2008.

ALIENDE, J. M. C. **Consideraciones Y Propuestas Sobre Los Nuevos Desafíos De La Lucha Contra La Exclusión Social En America Latina Con Especial Consideración Del Nuevo Papel De Los Gobiernos Locales**. Disponível em http://app.vlex.com/?translate_into=*#WW/search/content_type:4/NEOPOPULISMO/WW/vid/419816798. Acesso em 01/06/2015.

ANDRADE, Edinara T. **Democracia participativa, orçamento participativo e clientelismo: um estudo**. 2005. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

ANDRADE, F. F. **Tipologia das políticas sociais na América latina: uma discussão sobre a proteção social na região**. Disponível em: <http://www.interativadesignba.com.br/III_SPSC/arquivos/sessao/1/026.pdf> Acesso em 04/06/2015.

BAQUERO, Marcelo. Populismo e Neopopulismo na América latina: o seu legado nos partidos e na cultura política. **Sociedade e Cultura**. Goiânia. V. 13, n. 2, p. 181-192, jul./dez. 2010

CARRANZA, Alejandria; USTARIZ ARCE, Reginaldo. Evo Morales, um indígena presidente – Como um aimará voltou ao poder. (Tradução de Carolina Elizabeth Osinaga Ustariz e Hebe Terán Arnéz). São Paulo: **Brasbol**, 2006.

FAUSTO, Boris. 2006. **O neopopulismo na América Latina**. Folha de S.Paulo, 17 fev., p. A3.

GREENSPAN, Alan. “América Latina e populismo”. In: **A era da turbulência** – Aventuras em um novo mundo. (Apresentação de Pedro Malan; tradução de Afonso Celso da Cunha Serra). Rio de Janeiro: Elsevier, 2008, p. 322-332.

GUERREIRO, Mário; OLIVA, Alberto. “Populismo: ilusionismo e auto-engano”. In: **Banco de Ideias**. Rio de Janeiro, vol. 10, no. 37 (dezembro 2006, janeiro/fevereiro 2007): p. 7-10.

IANI, O. **A questão Nacional na América Latina**. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40141988000100003&script=sci_arttext. Acesso em 01/06/2015.

MAGALHÃES, L. F. A. **O Haiti é aqui: Sub Imperialismo Brasileiro e Imigrantes Haitianos em Santa Catrina**. Disponível em http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=9036&Itemid=456. Acesso em 02/06/2015.

NERVO, Alexandre Antônio. O (neo) populismo como estratégia de comunicação política. **Revista de Ciência Política**. Vol. 23, No 1 (2014) p 194-218.

OLSEN, Tricia. **A Latin American Paradox? Democratic quality and endurance. American Barometer Small Grant Series**. 2008. Disponível em: <<http://www.AmericanBarometer.org>>. Acesso em: 03.06.2015.

RODRÍGUEZ, Ricardo Vélez. 2008. Neopopulismo: uma realidade latino-americana. Ibérica - **Revista Interdisciplinar de Estudos Ibéricos e Ibero-Americanos**, 8, pp. 4-27.

SORJ, Bernardo. **O Desafio Latino-americano: coesão social e democracia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p. 201-267.

TAGUIEFF, Pierre-André. **L’Illusion populiste** – Essai sur les démagogies de l’âge démocratique. 2ª. Edição. Paris: Flammarion, 2007.

TEXEIRA, D. **A Maldição da Múmia**. Revista Veja. São Paulo. Ano 24, n. 11, Edição 2312. p. 66-72. Março 2013.

VÉLEZ-RODRÍGUEZ, Ricardo. Patrimonialismo e a realidade latino-americana. Rio de Janeiro: **Documenta Histórica**, 2006.

VILAS C.M., 1995. democracia e neoliberalismo: os líderes da eleição da pós-modernidade. **Socialismo e Participação** , n. 69, p. 31-43.